

RELATÓRIO Nº , DE 2007

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 149, de 2007 (Mensagem nº 666, de 05/09/2007, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **ANTÔNIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia.

RELATOR: Senador **EUCLYDES MELLO**

RELATORA “AD HOC”: Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**

I – RELATÓRIO

Esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor **ANTÔNIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é da competência privativa do Senado Federal examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Em atendimento a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, bem como

análise e dados da conjuntura dos países a que se destina, dos quais extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 16 de agosto de 1950, filho de Celso Antônio de Souza e Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, o diplomata Antônio José Maria de Souza e Silva graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1973.

Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1976, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu, por merecimento, a Conselheiro em 1989 e, a Ministro de Segunda Classe, em 2004.

Na Chancelaria, o diplomata exerceu diversas funções, entre as quais cabe destacar a de assistente da Divisão de Operações de Promoção Comercial (1976), a de chefe substituto da Divisão de Política Financeira (1987), a de chefe da Divisão da Europa I e da Divisão de Feiras e Turismo (1997 e 2004) e a de assessor do Departamento de Promoção Comercial (2000).

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Segundo Secretário no Consulado Geral em Nova York (1979), de Encarregado de Negócios da Embaixada na Guatemala (1982), em Islamabad (1988) e em Trípoli (2004), de Secretário na Embaixada em Assunção (1982), de Conselheiro da Embaixada em Buenos Aires (1993) e Praga (1997) e de Embaixador em Dili, Timor Leste (2004).

Sobre a República de Moçambique e os demais países nos quais o diplomata irá exercer o cargo de embaixador, cabe prestar algumas informações trazidas pelo informe ministerial, de forma a subsidiar a sabatina pela Comissão.

República de Moçambique

Moçambique conta com uma população de 19,591 milhões de habitantes (2005), distribuídos numa área de 801.590 km². O território é dividido em dez províncias e uma cidade, que é a capital Maputo. A língua oficial é o Português, apesar da existência de uma série de outros idiomas. Trata-se de uma República democrática pluripartidária, que adota o sistema de

governo parlamentarista. O PIB (2006) foi estimado em US\$ 7,2 bilhões e o PIB per capita na ordem de US\$ 356 (nominal), também de 2006 (estimativa EIU).

Segundo o informe ministerial, a democracia moçambicana hoje é estável. O processo de democratização teve início com as primeiras eleições multipartidárias de 1994 e seguiu-se ao curto período de pacificação que começou com o Acordo Geral de Paz assinado em 1992, colocando fim a 16 anos de guerra civil.

A economia do país é dinâmica, mas ainda depende bastante de doações externas. Em 2006, manteve o ritmo elevado de crescimento dos anos anteriores, com estimativa de taxa de variação real do PIB de 8,5%, graças ao desempenho positivo dos setores agrícola, de construção, de transportes e de comunicações. A inflação média anual de 2006 foi de 13,2%. No quadro da África Sub-Saariana, Moçambique dispõe de economia relativamente diversificada. Serviços e indústria de processamento de minérios compõem a maior parte do PIB, seguidos da agricultura, pesca e produtos florestais.

A política externa de Moçambique tem como objetivo de maior peso o estabelecimento de parcerias estratégicas, de modo a angariar recursos para a implementação do Programa de Governo em prol do desenvolvimento sustentável e equilibrado do País e a erradicação da pobreza.

Brasil e Moçambique mantêm relações diplomáticas desde 1975, ano da independência do país africano. A partir de 2000, iniciou-se uma série de visitas de alto nível, responsáveis pela intensificação do relacionamento entre as duas nações. Em 2003 foram assinados onze instrumentos de cooperação técnica nas áreas de educação, saúde, esportes, agropecuária, administração pública, meio ambiente, mapeamento, geologia e mineração, com destaque para o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde. Em 2004, o Presidente Joaquim Chissano retribuiu com visita oficial ao Brasil, em cujo evento se destacou a assinatura de acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil, no valor de cerca de US\$ 280 milhões, relativos a créditos comerciais concedidos no âmbito do Proex. Em negociação, há ainda sete projetos nas áreas de turismo, saúde, agricultura, biocombustíveis, habitação popular, microcrédito e transportes urbanos.

Desde de 2004 destaca-se a presença brasileira da Companhia Vale do Rio Doce na exploração do complexo carbonífero de Moatize. Também a Petrobrás demonstra interesse em investir em Moçambique. O

Brasil representou, em 2005, 1,1% do total de importações moçambicanas. Em 2006, a pauta de exportações brasileira concentrou-se em partes e derivados de frango, cereais, tratores e semi-reboques. Em 2006, o Brasil importou de Moçambique principalmente tabaco (94,6% das exportações moçambicanas).

República de Seicheles

Localizada na costa oriental da África, a República de Seicheles compõe-se de 115 ilhas, sendo Mahé a maior delas. Durante os séculos XVIII e XIX, ingleses e franceses se alternaram no domínio das ilhas, que, junto com as Ilhas Maurício, representavam importante ponto de apoio logístico para as rotas marítimas em direção à Ásia. Em 1976, Seicheles tornou-se independente e, desde então, participa como membro pleno da *Commonwealth*.

Em 1991 o País retornou ao sistema multipartidário de governo depois de quase 16 anos de regime de partido único. Em 1993 foram realizadas as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição.

Os principais objetivos da política externa de Seicheles são os seguintes: ser um formador de consenso ativo, mas não intrusivo no cenário internacional; desempenhar papel construtivo no âmbito das Nações Unidas; reforçar os laços regionais, especialmente com os países da Comissão do Oceano Índico, COMESA e SADC; fortalecer o relacionamento com os parceiros tradicionais e as potências emergentes; consolidar e expandir a imagem do país como destino turístico único e seguro, entre outros.

A República de Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986. As relações com o Brasil são cordiais, mas pouco intensas. Estão sendo negociados dois acordos, um na área de educação e outro para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal. Nos foros internacionais, Seicheles abraça as mesmas posições brasileiras em matéria de redução da pobreza e da desigualdade, de um comércio internacional mais justo e do desenvolvimento sustentável.

As relações comerciais entre os dois países são inexpressivas, com destaque apenas para alguma movimentação no setor turístico. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, haveria mercado no arquipélago para produtos brasileiros de material de construção, cilindros para gás (GLP),

suprimentos para a indústria do turismo e aviões regionais. Entre 2002 e 2005, o comércio bilateral nunca ultrapassou os US\$ 750 mil anuais. Em 2006, com a venda de uma aeronave da Embraer, o resultado da balança elevou-se a pouco mais de US\$ 24 milhões.

República de Madagascar

Madagascar possui uma área de 587.040 km² e conta com uma população de pouco mais de 18 milhões de habitantes (UM, 2005). A capital é Antananarivo e os idiomas são o Malgaxe e o Francês. O País adota o sistema republicano, sob o regime parlamentarista. O PIB em 2005 foi de US\$ 5,033 bilhões (nominal) e o PIB per capita de US\$ 281,76 (nominal).

Após uma crise política em 2002, o Presidente Marc Ravalomanana deu início ao seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o “desenvolvimento rápido e duradouro” do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. Em 2006 reelegeu-se para um novo mandato de 5 anos, o que representou a continuidade parcial do seu projeto político, inclusive resistindo a uma tentativa de golpe militar em novembro do ano passado.

O processo de globalização encorajou, a partir de 1997, o então governo a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. A política externa refletiu essa tendência, apesar de o isolamento físico da ilha e sua tradicional orientação insular limitarem suas atividades nas organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Atualmente, a política do País busca reforçar as relações com as nações interessadas em ajudar no seu desenvolvimento, em especial os Estados Unidos. Procura também fortalecer as relações com países anglófonos, principalmente com a África do Sul, como meio de contrastar com a forte e tradicional influência francesa.

De acordo com o relato ministerial, Madagascar apresenta boas possibilidades de intensificação de suas relações com o Brasil. Seu presidente demonstra, desde 2005, interesse em estreitar os vínculos com o Brasil, especialmente na área do desenvolvimento econômico, incluindo a agroindústria, mineração e petróleo. Também em Madagascar a Petrobrás mostrou interesse na pesquisa de petróleo. Haveria espaço ainda para as construtoras brasileiras, principalmente na recuperação da malha viária, e na

construção de hidroelétricas. Em 2006, foi apresentado texto de acordo de cooperação na área de educação, único em negociação no momento.

A balança comercial é totalmente favorável ao Brasil. De 2003 para 2004 mudou do patamar de 7 para 12 milhões de dólares, valor mantido em 2005. No entanto, em 2006, a corrente de comércio não passou de US\$ 3 milhões até setembro. Em 2005 e 2006, o açúcar respondeu por 78% das exportações brasileiras. Por outro lado, a baunilha foi o produto mais importado pelo Brasil (91% das importações em 2005). Já em 2006, óleos e essências vegetais responderam por mais de 90% das importações do Brasil.

Reino da Suazilândia

Com uma população de 1.173.900 habitantes (2005), Suazilândia possui uma área de 17.363 km². Os idiomas são o Inglês e Kiswati. O sistema político é a monarquia parlamentarista. O PIB de 2004 foi US\$ 2,546 bilhões (nominal) e o PIB per capita (2004) de 2.336, 34 (nominal). No Brasil, não há embaixada da Suazilândia.

O País tornou-se independente do Governo britânico em 1968. Apesar da existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado – o rei – detém considerável poder político nas decisões governamentais. A especial situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia nacional, fazem com que as diretrizes governamentais guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

Segundo o relato ministerial, Suazilândia ostenta um desemprego acima de 40%, perda de receita com as exportações de açúcar e têxteis e a mais alta taxa de prevalência de HIV no mundo. Em 2006, o País teve o segundo pior crescimento econômico de toda a África (1,2%), superado apenas pelo Zimbábue. O cenário macroeconômico continua recessivo.

Em que pese sustentar uma posição formal neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia tem sua ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. As relações com o Brasil foram oficialmente estabelecidas em 1978, ano em que se criou a embaixada brasileira junto àquele país, com residência em Maputo (Moçambique).

O comércio bilateral é insignificante, tendo chegado a pouco mais de US\$ 780 mil em 2005. As possibilidades de cooperação estão nas

áreas de mineração de carvão, turismo e na produção de etanol. Encontra-se em apreciação pelo lado suázi a minuta de um acordo básico de cooperação técnica.

II – CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgamos que os senadores membros desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, em 08 de novembro de 2007.

, Presidente

, Relator